



REUNIÃO DE CÂMARA

ATA Nº 13, REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA DIA 3 DE JULHO DE 2024

(N.º 1.º do Artigo 57.º da Lei n.º 75/2013. de 12 de setembro)

ABERTURA

Ao terceiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, nesta vila de Almeida, foi realizada a reunião ordinária, sob a Presidência do Senhor António José Monteiro Machado, estando presentes os Senhores Vereadores Alexandre Manuel Fernandes Gonçalves, Catarina Manuel Batista Vilhena de Carvalho e Maria de Nazaré Carrapatoso Paiva Ribeiro.

FALTAS

Verificou-se a falta do Senhor Vereador Alcino Miguel Santos Morgado, por motivos de assistência familiar, tendo a Câmara considerado a falta justificada, nos termos da alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Assuntos de Interesse Municipal;
2. Apreciação e Votação de Ata n.º 12, de reunião de Câmara realizada dia 18 de junho de 2024;

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

SUBSÍDIOS

1. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almeida: Subsídio Anual - Apreciação e Votação;
2. Centro Social Cultural e Desportivo Miuzelense: Apoio Financeiro Atividades Recreativas e Desportivas - Apreciação e Votação;
3. Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Ade: Apoio Financeiro Reparação de Telhado - Apreciação e Votação;
4. Associação Desportiva Cultural e Social Aldeia S. Sebastião: Apoio Financeiro para Reparação de Equipamentos de Cozinha- Apreciação e Votação;
5. Aventuras Musicais - Associação para o Desenvolvimento Educacional e Musical do Interior: Apoio logístico, financeiro e cedência de espaço- Apreciação e Votação;

03 de julho de 2024 _ATA n.º 13

6. Junta de Freguesia de Almeida: Apoio Financeiro para Aquisição de Trator- Apreciação e Votação;
7. Junta de Freguesia de Vilar Formoso: Apoio Financeiro para Aquisição de Trator- Apreciação e Votação;
8. Junta de Freguesia de Malhada Sorda: Apoio Financeiro Evento Transfronteiriço Peregrinação Internacional - Apreciação e Votação;

PROTOCOLOS

9. Minuta do Protocolo entre o Município de Almeida e Ordem dos Médicos Veterinários: Programa Nacional de Apoio à Saúde Veterinária para Animais de Companhia em Risco - Cheque Veterinário - Apreciação e Votação;

ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior

10. Procedimento de Fornecimento de Energia Elétrica Conjunto: Minuta do Protocolo, Peças de Procedimento e Caderno de Encargos - Apreciação e Votação;

CLDS 5G

11. Plano de Ação CLDS 5G - Apreciação e Votação;

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Assuntos de Interesse Municipal;

O Presidente da Câmara apresentou dois documentos, relativos a “Concurso de Saltos Nacional C – Ratificação de Prémios 2024”, “Resposta a Carta Aberta”, solicitando a sua introdução na Ordem do Dia, a qual foi aprovada, por unanimidade, passando os assuntos referidos a constar na Ordem do Dia como pontos 12 e 13, respetivamente. Procedeu-se igualmente à entrega de elementos para integrarem o dossier relativo ao ponto onze da Ordem de Trabalhos “Plano de Ação CLDS 5G”.

Solicitou intervenção o Vereador Alexandre Gonçalves, começando por congratular o Município pelo lançamento do livro do Dr. Augusto Moutinho Borges, na Biblioteca Municipal Maria Natércia Ruivo e congratular as apreciações feitas. Afirmou reconhecer o mérito do trabalho que ali foi apresentado, contudo, considera que a participação do Município naquele livro foi *“igual a outra qualquer de outra qualquer participação.”* Afirmou não querer dizer que o livro deveria ter mais ou menos apoio, mas queria alertar que, face ao facto de não haver regulamentação, cometem-se injustiças porque se avalia, com o mesmo filtro, objetos diferentes e que têm outro tipo de potencial. Referiu, querer voltar a solicitar os estatutos da Territórios do Côa, porque pretendem saber como se vai proceder à substituição da

Coordenadora e se, inclusive, isso já foi feito ou não. Por fim, afirmou querer saber em que situação se encontra o PDM.

Em resposta ao Vereador Alexandre Gonçalves, o Presidente da Câmara respondeu que, em relação ao livro, os critérios serão sempre subjetivos se não se tiver uma uniformidade de tratamento. Disse que o livro teve apoio da Junta de Freguesia e de outras Associações. O livro não é uma publicação da Câmara Municipal, devendo, segundo a sua opinião, tratar-se todos da mesma forma, até porque uns conseguem ter mais apoios que outros, seja pela qualidade, seja pela dinâmica. Quanto à Territórios do Côa, afirmou ter solicitado à Associação, a informação requerida, contudo, ainda não obteve a resposta que o Presidente gostaria de obter, mas, o funcionamento da Associação vai assentar com o quadro que tem e vai ter um apoio à distância da antiga coordenadora, porque ela continua a pertencer ao quadro da Associação, embora não faça, neste momento, trabalho remunerado. Disse que a Associação consegue manter a dinâmica, mas as dificuldades que passa a Associação é a de não ter capacidade financeira para conseguir realizar as candidaturas favoráveis. Em relação ao PDM, explicou que contrataram uma empresa que tem vindo a desenvolver trabalho, informando que receberam há poucos dias, por parte da CCDR, a revisão da REN, estando em condições de marcar reunião. Afirmou que estão no grupo de Municípios que está a trabalhar, não querendo dizer que a revisão aconteça. Não é culpa direta da Câmara Municipal, mas sim da legislação que tem mudado em momentos em que o trabalho está quase concluído.

2. Apreciação e Votação de Ata n.º 12, de reunião de Câmara realizada dia 18 de junho de 2024;

O Senhor Presidente da Câmara submeteu à aprovação, a Ata número doze da Reunião de Câmara realizada dia dezoito de junho de 2024, com dispensa de leitura, em virtude de o respetivo texto ter sido previamente distribuído por todos os presentes, nos termos do disposto no art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45362, de 21 de novembro de 1963, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

SUBSÍDIOS

1. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almeida: Subsídio Anual - Apreciação e Votação;

Foi presente pelo Senhor Presidente, um ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almeida, datado de 18 de junho do corrente ano, a solicitar o Subsídio Anual,

X
LanaG

destinado a compartilhar despesas de tesouraria, relacionadas com o aumento desmesurado de bens essenciais, como é o caso do custo com o combustível.

O Senhor Presidente referiu que apoia em 50% duas equipas, o equivalente a oitenta mil euros que vão para os Bombeiros, para além de onze mil euros para fardamento, estando sempre disponíveis para apoiar a Associação, por forma a estarem equipados e puderem responder, deixando um reconhecimento ao trabalho dos Bombeiros. Os Vereadores, em unísono, compartilharam desse reconhecimento. De seguida, apresentou a proposta de se deliberar sobre o pagamento do valor global e não em tranches, de igual montante ao deliberado o ano passado na importância de 10.000,00€ (dez mil euros).

Proposto a votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almeida, o montante de 10.000,00€ (dez mil euros), destinados a compartilhar despesas de tesouraria, devendo os mesmos ser pagos na totalidade.

2. Centro Social Cultural e Desportivo Miuzelense: Apoio Financeiro Atividades Recreativas e Desportivas - Apreciação e Votação;

O Senhor Presidente apresentou a mensagem de correio eletrónico enviada pelo Centro Social Cultural e Desportivo Miuzelense, datada de 19 de junho de 2024, a solicitar apoio financeiro para a realização de Atividades Recreativas e Desportivas na Semana Radical 24, na freguesia da Miuzela.

Proposto a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir ao Centro Social Cultural e Desportivo Miuzelense, um subsídio de 150,00€ (cento e cinquenta euros), destinado a compartilhar a realização de Atividades Recreativas e Desportivas na Semana Radical 24, na freguesia da Miuzela.

3. Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Ade: Apoio Financeiro Reparação de Telhado - Apreciação e Votação;

O Senhor Presidente apresentou um ofício da Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Ade, com data de 14 de junho do corrente ano, a solicitar apoio financeiro para reparação do telhado do edifício da Associação, juntando anexo com orçamento.

Interveio o Vereador Alexandre Gonçalves, no sentido de afirmar que se deve salvaguardar que estas instituições apoiadas pelo Município não têm dívidas à Segurança Social ou às Finanças. Foi explicado pela Dra. Susana Abranches, Chefe de Gabinete de Apoio ao Presidente que até ao montante de cinco mil euros, entregam sempre certidão de não dívida à AT e a partir

X
lanac.

desse montante entregam certidão de não dívida da Segurança Social e das Finanças e que, inclusive, até tem direito de consulta da maior parte das instituições.

De acordo com o método utilizado em pedidos similares, foi deliberado, por unanimidade, atribuir à Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Ade, um subsídio correspondente a 50% do valor da orçamentado, até ao montante máximo de 5.000,00€ (cinco mil euros), valor sem IVA, destinado a compartilhar obras de reparação no telhado e cujo pagamento será efetivado após verificação dos Serviços Técnicos da execução e conclusão da obra. O valor apresentado foi de 23.080,00€ (vinte e três mil e oitenta euros), pelo que, pelos preceitos, o valor a compartilhar à Associação totaliza o montante de 5.000,00€ (cinco mil euros).

4. Associação Desportiva Cultural e Social Aldeia S. Sebastião: Apoio Financeiro para Reparação de Equipamentos de Cozinha- Apreciação e Votação;

O Presidente da Câmara apresentou um ofício da Associação Desportiva Cultural e Social Aldeia S. Sebastião, datado de 17 de junho de 2024, onde reportam uma série de avarias com os equipamentos de cozinha, em especial com o forno, solicitando o apoio financeiro do Município para compartilhar a sua reparação.

Interveio o Vereador Alexandre Gonçalves para dizer que, compreende que esta instituição tenha tido uma série de azares com os equipamentos, mas que julga que deveriam ter seguro, embora seja sua opinião que, em concordância com tudo o que têm feito não vão deixar ninguém sem apoio. Após verificação do pedido apresentado pela Associação, verificou-se que havia seguro do equipamento.

A proposta do Presidente foi a de atribuir um subsídio correspondente a 50% do valor orçamentado, até ao montante máximo de 5.000,00€ (cinco mil euros), sem IVA incluído, destinado a compartilhar a reparação dos equipamentos, em especial do forno, tendo a proposta sido aprovada, por unanimidade, devendo sendo efetivado o pagamento de 5.000,00€ (cinco mil euros) à Associação.

5. Aventuras Musicais - Associação para o Desenvolvimento Educacional e Musical do Interior: Apoio logístico, financeiro e cedência de espaço- Apreciação e Votação;

O Presidente da Câmara apresentou o pedido de apoio financeiro, logístico e de cedência de espaço, enviado pela Aventuras Musicais - Associação para o Desenvolvimento Educacional e Musical do Interior a 13 de junho de 2024, via correio eletrónico, no âmbito da Festa da Rainha Santa Isabel, para a realização de várias atividades enquadradas na Festividade.

Apreciado e discutido o assunto, foi deliberado, por unanimidade, atribuir à Aventuras Musicais - Associação para o Desenvolvimento Educacional e Musical do Interior, o apoio

X
Lana G.

logístico solicitado, mediante a capacidade de recursos materiais e humanos do Município, bem como, um subsídio de 150,00€ (cento e cinquenta euros), destinado a comparticipar despesas inerentes à realização das atividades referidas.

6. Junta de Freguesia de Almeida: Apoio Financeiro para Aquisição de Trator- Apreciação e Votação;

O Presidente da Câmara Municipal apresentou o ofício da Junta de Freguesia de Almeida, datado de 13 de maio de 2024, a solicitar apoio financeiro para a aquisição de um trator para execução de trabalhos. O Presidente da Câmara referiu que trouxe este assunto a reunião de Câmara pelo facto de a Vereadora Catarina Vilhena ter abordado aquela questão na última reunião. Referiu que nunca apoiou nenhuma Junta de Freguesia para aquisição daquele equipamento e que não estava nas suas intenções apoiar, separadamente da Associação de Freguesias, a aquisição de equipamentos. Referiu que se abriu a possibilidade das carrinhas de apoio porque há correlação com os projetos do Município e que não há orçamento e nem sequer houve uma consulta prévia à Câmara para se saber se era possível ou não era possível fazê-lo. Se a Junta de Freguesia acha que tem capacidade para fazer sozinha e fazer a aquisição sem consultar ninguém é porque tem meios suficientes, meios esses que se calhar até estão a ser entregues pela Câmara Municipal. Afirmou que era a sua posição e que não ia apoiar aquela aquisição, bem como a da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, em apreciação no ponto seguinte.

O Vereador Alexandre recordou que já apoiou no passado a aquisição de um trator a uma Associação. O Presidente da Câmara referiu que vai apoiar as Associações e que vai incentivar sempre as Associações. A Vereadora Catarina Vilhena afirmou que a Associação apoiada não era uma Associação de Freguesias, que foi a Associação da Aldeia de S. Sebastião. O Presidente da Câmara referiu que é uma Associação que desempenha outras funções, não é para trabalhar na via pública. A Vereadora retomou a palavra para questionar se todas as Associações resolverem pedir a Câmara tem verbas para chegar a todas as Associações, ao que o Presidente respondeu que se houver capacidade financeira e se se entender o projeto dessa Associação poderá fazê-lo. A Vereadora referiu que na sua opinião, dessa forma não há equidade. O Vereador Alexandre Gonçalves referiu que a sua posição não tem a ver com o facto de ser Almeida ou Vilar Formoso, mas há um entendimento em relação ao que é a posição política e o que é a definição da delegação de competências das Juntas de Freguesia e do papel que as Juntas de Freguesia representam na realização do trabalho público, enquanto extensão da autarquia. Afirmou haver um depósito das funções municipais numa responsabilidade que é entregue às Associações, sendo as mesmas privilegiadas na relação e com a disponibilidade financeira que a autarquia

X
Came G.

lhes dá, na gestão dos meios e dos recursos dos quais vão sendo dotadas, para serem articuladas com as Juntas de Freguesia nos serviços que prestam. Afirmou que, no caso de Almeida, a Junta saiu da Associação de Freguesias, mas Vilar Formoso não e está-lhe a pedir um apoio porque considera que, dada a dimensão da Junta de Freguesia, é necessário mais um equipamento. Afirmou ainda, que no caso de Vilar Formoso, a Junta ainda nem sequer adquiriu o equipamento, estando a fazer uma consulta, tal como o Presidente gostaria que lhe fosse feita. Quanto a Almeida, com a sua saída da Associação de Freguesias, é-lhes devolvido um equipamento que pertencia à Junta de Freguesia, completamente deteriorado, vendo-se na necessidade de substituir esse equipamento. Afirmou ainda, que na opinião do Senhor Presidente, a autonomia destas Juntas de Freguesia não é equivalente à de uma Associação como é o caso da Associação da Aldeia de S. Sebastião, que lhe pede apoio para um camião ou um trator. O Presidente respondeu que não é minimamente comparável o que estão a comparar e que vai privilegiar sempre o apoio às Associações de Freguesias para que se mantenham em funcionamento, sendo essa a sua posição política. Acrescentou que têm apoiado as Associações de forma sistemática e que é um incentivo para que as Juntas de Freguesia estejam unidas e trabalhem em conjunto. O Vereador retomou a palavra, dizendo que essa não tinha sido a sua questão, mas, se as Juntas de Freguesia lhe vêm pedir um trator, tal como a Associação da Aldeia de S. Sebastião lhe veio também pedir um trator, qual é a sua relação e porque é que aí é menor. O Presidente reafirmou que não são coisas comparáveis, dizendo que na Associação da Aldeia S. Sebastião era um projeto concreto, agrícola, que estavam a fazer na Associação e continuam a fazê-lo e nas juntas é para fazer serviço público. O Vereador referiu que em Almeida, o trator é bem necessário. O Presidente respondeu que espera ver esse trabalho e questionou os Vereadores se tinham noção do montante que a Câmara municipal está a colocar todos os meses na Junta de Freguesia. A Vereadora Catarina Vilhena respondeu que não era a Câmara, mas sim a DGAL. O Presidente respondeu que era à Câmara que era descontado o valor total, afirmando que o mapa de que falou e que ia pedir a todas as Juntas, para justificarem as despesas. Os Vereadores concordaram e a Vereadora Catarina Vilhena acrescentou que também devia fazer o mesmo com as Associações de Freguesia. O Vereador Alexandre Gonçalves referiu que a propósito do que estava o Presidente a abordar, que gostavam de ter acesso aos investimentos feitos com os montantes dos contratos administrativos. O Presidente da Câmara referiu que estão todos publicados no Boletim Municipal. Quanto aos apoios, disse que vai sempre privilegiar o apoio às Associações, estando aberto a fazer esse apoio depois de verificar a capacidade e a utilização, considerando que não se deve apoiar aquelas aquisições que são individuais, devendo-se privilegiar a forma coletiva. A proposta do Presidente de Câmara em relação ao pedido apresentado pela Junta de

X
lanaci.

Freguesia de Almeida é de não se apoiar. Os Vereadores referiram que votavam a favor do apoio.

Apreciado o assunto, foi deliberado pela Câmara Municipal, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Catarina Vilhena e Alexandre Gonçalves, aprovar a proposta do Presidente da Câmara de não apoiar financeiramente a aquisição pela Junta de Freguesia de Almeida de um trator.

7. Junta de Freguesia de Vilar Formoso: Apoio Financeiro para Aquisição de Trator- Apreciação e Votação;

Este ponto foi discutido, simultaneamente, no ponto anterior. De referir que a documentação apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal reporta para um ofício da Junta de Freguesia de Almeida, datado de 18 de junho de 2024, a solicitar apoio financeiro para a aquisição de um trator para execução de trabalhos.

Apreciado o assunto, foi deliberado pela Câmara Municipal, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Catarina Vilhena e Alexandre Gonçalves, aprovar a proposta do Presidente da Câmara de não apoiar financeiramente a aquisição pela Junta de Freguesia de Vilar Formoso de um trator.

8. Junta de Freguesia de Malhada Sorda: Apoio Financeiro Evento Transfronteiriço Peregrinação Internacional - Apreciação e Votação;

O Presidente apresentou a mensagem de correio eletrónico enviada pela Junta de Freguesia de Malhada Sorda, a 24 de junho de 2024, a solicitar apoio financeiro para a aquisição e organização de almoço do evento Transfronteiriço – Peregrinação Internacional.

Apreciado e discutido o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar um subsídio de 150,00€ à Junta de Freguesia de Malhada Sorda, destinado a comparticipar as despesas inerentes à realização de almoço do evento Transfronteiriço – Peregrinação Internacional e conduzir o assunto à próxima sessão da Assembleia Municipal.

PROTOCOLOS

9. Minuta do Protocolo entre o Município de Almeida e Ordem dos Médicos Veterinários: Programa Nacional de Apoio à Saúde Veterinária para Animais de Companhia em Risco - Cheque Veterinário - Apreciação e Votação;

O Senhor Presidente apresentou ao restante Executivo a minuta do “Protocolo Programa Nacional de Apoio à Saúde Veterinária para Animais de Companhia em Risco - Cheque Veterinário”, a celebrar entre o Município e a Ordem dos Médicos Veterinários e que tem como objeto, a cooperação e o intercâmbio entre a Ordem dos Médicos Veterinários e o Município,

X
Lane G.

de forma a implementar o Programa acima referido. Referiu que vão começar com um valor base que ainda não está bem definido pois este protocolo ainda é uma experiência e que será colocado em vigor com o regresso ao serviço da Veterinária Municipal, podendo o valor base ser retificado.

Apreciado e discutido o documento, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta do Protocolo Programa Nacional de Apoio à Saúde Veterinária para Animais de Companhia em Risco - Cheque Veterinário.

ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior

10. Procedimento de Fornecimento de Energia Elétrica Conjunto: Minuta do Protocolo, Peças de Procedimento e Caderno de Encargos - Apreciação e Votação;

O Presidente da Câmara Municipal referiu que, sendo possível, se torna mais vantajoso para o Município, o lançamento de um único concurso com vista à celebração de um único contrato de aquisição de energia elétrica, dado que a energia tem vindo desde há alguns meses a aumentar. Referiu que o concurso, tendo em conta o preço-base é favorável à Câmara Municipal, propondo assim, a aprovação da minuta do Protocolo a ser celebrado entre a ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior e os Municípios que integrem o Agrupamento de Entidades Adjudicantes; autorização para início e tipo de procedimento, que correrá sob a forma de concurso público; designar a ENERAREA como representante do Agrupamento de Entidades Adjudicantes, delegando-lhe as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso, nos termos do previsto nas cláusulas 4.^a e 8.^a do Protocolo acima referido.

Aprovada a proposta acabada de transcrever e não havendo objeções ou pedidos de esclarecimentos, o senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo merecido total aprovação do Executivo. Deliberação tomada por Unanimidade e submetida à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação no âmbito das respetivas competências.

CLDS 5G

11. Plano de Ação CLDS 5G - Apreciação e Votação;

O Presidente da Câmara explicou que a Portaria n.º 428/2023, de 12 de agosto, que altera e republica a Portaria n.º 64/2021, de 17 de março, procede à regulamentação dos CLDS 5G, através da alteração à Portaria n.º 64/2021, de 17 de março, que define o exercício de competências de coordenação administrativa e financeira do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social pelas autarquias locais. Referiu que, no seu artigo 16.º se refere, que o plano de ação é aprovado pela Câmara Municipal, tendo em consideração, a verificação da

X
Lone G.

pertinência da intervenção face aos objetivos do CLDS, a coerência do plano de ação com os instrumentos de planeamento municipais ou supramunicipais e com o diagnóstico social e o plano de desenvolvimento social, os objetivos, as metas, as ações propostas e os recursos a afetar ao CLDS. Afirmou que os considerandos estão disponíveis na apresentação que foi enviada aos Vereadores e que as equipas se vão focar em recursos que são já da Câmara, daí ter-se aberto vagas para concursos, mas os lugares são do quadro.

A Vereadora Catarina Vilhena questionou se não tinha sido com aquele projeto CLDS que tinha havido um problema financeiro com a ASTA, questionando se seria boa ideia continuar com o mesmo projeto. O Presidente explicou que os problemas financeiros têm a ver com a gestão do programa. Na sua opinião, as Associações não deveriam depender da Câmara Municipal para puderem executar o projeto. Afirmou que adquiriram recursos e meios e depois vêm-se na iminência da maior parte dos projetos não serem aprovados ou serem alteradas algumas das regras iniciais, enquanto a Câmara Municipal tem capacidade de poder fazer a gestão dos recursos. Afirmou que, a sua dúvida tem a ver com o facto de terem colocado a obrigação dos recursos serem do quadro da Câmara Municipal. As Câmaras Municipais de grande dimensão vão ser financiadas, têm lá os recursos, no caso de Almeida, teremos de os capacitar e vamos dar respostas sociais que são importantes dar, mas se o programa não for um programa de continuidade, vai ser uma despesa que depois ficará para o Município. Afirmou que vai tentar dar resposta de forma a que, no futuro, possam ser sempre integrados noutras respostas que são obrigatórias dar, dando como exemplo o SAAS. Havia um protocolo com uma Associação que tinha uma técnica. Referiu ainda, que os projetos não podem ser complementares e uma mesma pessoa não pode estar em projetos diferentes. Mais disse, que tem de se aprovar o plano, bem como a pessoa designada na candidatura do arranque do projeto, que é a Dra. Alva dos Santos, que é a pessoa com maior currículo. A entrega da candidatura foi adiada, permitindo definir algumas coisas e possibilitar que os parceiros deem algumas sugestões.

Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade, o plano de ação, bem como a designação da Técnica Superior Alva de Fátima Sanches dos Santos como Coordenadora Técnica do CLDS 5G.

ASSUNTO NÃO AGENDADO NA ORDEM DO DIA

12. Concurso de Saltos Nacional C – Ratificação de Prémios 2024

O Senhor Presidente apresentou para ratificação, a listagem dos prémios atribuídos aos participantes do Concurso de Saltos Nacional C, no montante global de 5.865,00€ (cinco mil,

7
lane C.

oitocentos e sessenta e cinco euros), que aconteceu no âmbito das Comemorações do Feriado Municipal, no passado dia 29 e 30 de junho.

A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar e ratificar a atribuição dos referidos prémios.

13. Resposta a Carta Aberta

O Presidente da Câmara disse que não entendia o motivo pelo qual circulava uma carta aberta que não foi dirigida a todo o Executivo Municipal, referindo que a Câmara Municipal é composta por cinco pessoas e não por três. Em relação ao tema abordado na Carta Aberta, referiu que *“o evento de 3 de junho foi organizado de acordo com princípios protocolares acordados pelas entidades públicas que nele se apresentaram. Um convite generalizado à população Almeidense deveria ocorrer similarmente para os habitantes de Marvão e Valença. Os munícipes dos três Concelhos estavam representados pelos seus mais altos cargos administrativos, estendendo a chamada aos representantes das Assembleias Municipais e aos Presidentes das Juntas de Freguesia. Foram igualmente convidadas as Autarquias Raianas (portuguesas e espanholas) que transmitiram ao Dossier de Candidatura o apoio à mesma e manifestando o interesse em futura inclusão na série aberta que se apresentará à UNESCO. A todo este universo se acrescentou o convite aos órgãos de comunicação social, zelando pelo interesse numa atempada e correta informação junto os cidadãos. Estiveram presentes os que consideraram fazê-lo num dia de semana – razão suplementar que justificaria um formato que não passasse pelo convite aberto. De qualquer modo, era essencial que o planeamento da sessão corresse, de modo a ressaltar um caminho positivo para o Património em causa – o que, consensualmente terá sido o caso. As comunicações ouvidas na sessão do dia 3 contêm alto significado para a dinâmica do processo da Candidatura das FAR a Património Mundial, a todos nos competindo zelar pela verificação de um sucesso desejado, emprestando-lhe toda a credibilidade. Esta credibilidade nunca foi posta em causa pelas diversas instâncias técnicas e administrativas e pelos participantes nos trabalhos e discussões públicas que tiveram lugar, promovidos pelo Município de Almeida com ampla divulgação, prévia e posterior, junto da população. Depois de resolvidas inúmeras dificuldades envolvendo os três Municípios que chegam à presente fase, sabemos quão exigente é o caminho. Também sabemos que o podemos fazer, contando com o discernimento capaz de todos para levar a bom porto um desiderato comum.”* Em conclusão, acrescentou que é uma carta que não consegue perceber pelo que tem de ter uma posição pública.

Interveio o Vereador Alexandre Gonçalves, dizendo que o facto da Carta Aberta não lhes ser dirigida, entende e não vê qualquer questão em ser feito o reparo de também serem

Handwritten signature/initials in blue ink.

englobados, embora, a sua participação ou a sua própria opinião até à apresentação da candidatura, não tem qualquer expressão porque ela não existiu e, distanciando-se da sua posição enquanto Vereador, afirmou ter uma percepção muito clara de todas as dificuldades que implicam uma candidatura deste nível, o facto de ser uma candidatura inovadora com um conjunto de promotores que é a primeira vez que acontece e com a falsa partida, com alguém que nos passou a perna, o caso de Elvas. Disse não apontar nenhuma crítica à iniciativa escolhida para a apresentação da candidatura, contudo, entende a Carta Aberta na forma como lá chegou, comparando à Eurocidade. Afirmou que é necessário fazer com que as pessoas entendam e sintam a Eurocidade e que as pessoas entendam e sintam esta candidatura de Almeida a património da humanidade. Disse ainda que aquela candidatura só funciona com o Concelho unido em torno da candidatura e as pessoas têm de perceber a importância que ela tem para o desenvolvimento do território. Disse perceber a dimensão crítica nessa incapacidade que houve até agora de fazer chegar a mensagem aos nossos municípios e que o Presidente não se devia sentir fragilizado com a situação, mas que devia considerar ser uma boa oportunidade para esta aproximação a todo o município. Em termos do ato em si, considera ter corrido com perfeita normalidade, não sabendo se faria grande sentido a população ser convidada para aquele ato público.


A Vereadora Catarina Vilhena, na sequência das palavras do Vereador Alexandre Gonçalves afirmou que considera que não é bem essa a intenção que está na Carta Aberta. Disse que podia não ser toda a população, mas que podiam ter sido convocados representantes de população, de proprietários, de associações. Disse que faz parte do Executivo, mas que não lhe faz confusão que o seu nome não tenha sido incluído. Afirmou partilhar da opinião do Vereador Alexandre quando diz que o que está para trás nunca foi responsabilidade deles, não estando presentes em qualquer das ações anteriores, contudo, dado que estarão presentes, pelo menos mais um ano no Executivo, faz questão de participar em tudo o que seja feito. Afirmou ser subscritora daquela Carta e que já a assinou, explicando que o fez porque considera que a população de Almeida se está a sentir colocada de parte naquele processo e que, o que se pretende é que todos sejam integrados para se trabalhar em conjunto, pois o interesse é de todos. Disse que o Presidente não deveria entender a Carta como uma crítica, mas como um pedido para trabalhar em conjunto. O Presidente referiu que a organização foi feita por três municípios, podendo ter sido feita a apresentação em Marvão ou Valença, mas foi em Almeida. E em relação à Eurocidade, só não tem mecanismo para funcionar porque se o tivesse já estavam noutra velocidade. O Vereador afirmou que o Presidente está a falar de uma coisa que ele não falou e que só fez a comparação com a Eurocidade porque se a Eurocidade não tem instrumentos, é o momento perfeito para irmos fazendo caminho e fazer as nossas populações

sentir o que é uma Eurocidade, afirmando que só fez uma ponte entre os dois temas. Mais disse que, o Presidente conhece o processo de Elvas e que sabe como foi feito e que considera que em Elvas, o que há de mais valia em relação a nós, não é a questão da dimensão patrimonial, mas sim porque a população se sente, havendo uma dinâmica cultural incutida nas pessoas, aquilo que é o corporativismo e que nós não temos enraizado porque nunca foi fomentado, para além de que os agentes económicos daquela região são muito diferentes, eles atuam com grandes níveis de influência. Concluiu dizendo, que está ali fomentada a questão identitária, as pessoas identificam-se com aquele património, enquanto Almeida não tem essa identidade patrimonial. O Presidente afirmou que a candidatura é das Fortalezas Abaluartadas da Raia que agora que a possibilidade está aberta, está dependente das decisões que o Governo português tomar. Se decidir avançar, o que ele augura que aconteça, sabe que vão ser colocadas várias questões, mas concluiu, dizendo que as coisas foram sempre feitas de forma aberta e com divulgação e, mesmo o GRHMA e a Restauração já surgiram neste âmbito, pelo que considera que esta Carta surge no âmbito meramente político. O Vereador Alexandre respondeu que a Vereadora Catarina Vilhena é subscritora da Carta e ele não.

ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de execução imediata. Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas dez horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte, pelo Senhor Presidente e por mim, Lara Gomes Silva, Assistente Técnica da Divisão Administrativa e Financeira, que a subscrevi.

O Presidente da Câmara



Eng.º António José Monteiro Machado

A Assistente Técnica



Lara Catarina Pereira Gomes Silva